

AS TRÊS IDADES DOS ARQUIVOS NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA

Paola Rodrigues Bittencourt (Arquivo Nacional)

1 INTRODUÇÃO

Araújo (2013, pp. 2-3), ao analisar o surgimento e consolidação da Ciência da Informação explica que qualquer tentativa de compreender tal ciência precisa retornar aos primeiros indícios da necessidade humana de registrar suas ações e seu conhecimento, o que esbarra também, invariavelmente, na história das instituições de salvaguarda desses registros, como arquivos, bibliotecas e museus.

Tais instituições desenvolveram práticas para organização, controle, manutenção e preservação de registros que, com o passar do tempo e a inserção de novas tecnologias, tanto na produção como na manutenção destes registros, mudaram também a forma de olhar para seus acervos.

Neste processo, as sociedades foram desenvolvendo suas formas de administrar seus volumes de documentos e, com isso, algumas desenvolveram mais e melhor determinadas competências do que outras. Para além das necessidades específicas de cada sociedade, suas estruturas político-administrativas também tiveram influência decisiva sobre o conjunto de ações definidas para organização e manutenção dos arquivos. O que não viria a impedir, como já é possível perceber, a difusão dessas práticas para outros locais (DURANTI, 1989).

Nessa trajetória arquivística, um dos pontos que dão especial contorno à área, é que os princípios e teorias mais fundamentais do campo dos arquivos não são resultados de estudos, pesquisas ou formulações teóricas, por acadêmicos ou pesquisadores. Grande parte dos princípios e teorias foram inicialmente solução, fator este que parece ser fundamental ter em mente, ao se debruçar sobre as construções básicas da Arquivologia.

Nesse sentido, Fonseca aponta que tanto o princípio da proveniência quanto a gestão de documentos, as duas maiores rupturas paradigmáticas no universo arquivístico, são resultados de necessidades práticas nos arquivos. A autora afirma que “o princípio da proveniência tem sua origem numa instrução de serviço e a gestão de documentos, num conjunto de artefatos burocráticos” e destaca, ainda, a importância destes elementos nas “tentativas de mapear os contornos disciplinares da Arquivologia” (FONSECA, 2005, p. 47).

Depois de serem medidas administrativas visando a solucionar problemas práticos quanto à manutenção e ao gerenciamento dos documentos, estas foram difundidas, conceituadas e reproduzidas. Seguindo os apontamentos de Fonseca, é possível usar o exemplo do princípio da proveniência, apontado, por muitos autores como um dos princípios basilares do campo arquivístico (SOUSA, 2003; TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011; SCHMIDT, 2015).

Para Couture e Ducharme a história dos arquivos e da ciência arquivística inclui estudar e compreender a evolução dos princípios e fundamentos arquivísticos, e estes estudos, segundo os autores, têm sido negligenciados pelos pesquisadores da área.

Archival principles and foundations (the principle of respect des fonds, the theory of the three ages of a record, etc.) represent a relevant object of research, one that can be studied from an historical perspective, and one that archivists, according to David Gracy, have ignored for far too long. He believes that “[w]e have neglected to use this traditional and staple field of research to seek a fundamental understanding of the development, place, and core of archival enterprise, which we could gain through historical comparative studies of record-keeping traditions. (COUTURE; DUCHARME, 2005, p. 48)

Tais estudos, sobre os princípios e fundamentos arquivísticos, estão no centro das necessidades de análise e compreensão do campo arquivístico. Caya (2004) afirma que muitas pesquisas têm sido desenvolvidas por profissionais e acadêmicos da área, vindo a reafirmar ou questionar muitos dos seus aspectos teóricos e/ou práticos da área. O autor explica que a pesquisa arquivística não

parece ser um grande problema atualmente, pois não faltam problemas em nossos conceitos e práticas. Para Caya, nos últimos vinte anos, a pesquisa tem sido apoiada e liderada por um elevado número de profissionais e acadêmicos que aprofundam e, eventualmente, questionam os diversos aspectos arquivísticos teóricos ou práticos.

É evidente, ainda, que há muitas lacunas no campo teórico que carecem de investigação mais aprofundada. Pela própria análise da literatura, é possível identificar tais lacunas que podem ser resultado tanto da não adoção de determinado modelo teórico, quanto de uma interpretação adaptada ou regionalizada ou, ainda, de uma tradução equivocada.

Santos, ao discorrer sobre os princípios da Arquivística, para além da proveniência, ordem original e a territorialidade, insere o ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades na seção relativa aos princípios arquivísticos. O autor afirma que

uma grande contribuição à fundamentação teórica da Arquivística é a constatação da existência de um ciclo de vida documental, muitas vezes apresentado na literatura como sinônimo da teoria das três idades, desenvolvida no contexto que originou, também, o entendimento do que é a gestão documental. (SANTOS, 2011, p. 184)

A teoria das três idades já foi discutida por autores do campo arquivístico como um elemento presente nas práticas adotadas para a gestão de documentos. Ainda que abordada de forma transversal, a utilização da teoria das três idades é explicada no bojo dos procedimentos aplicados durante o ciclo de vida dos documentos, adotada em consequência do processo de avaliação de documentos (HEREDIA HERRERA, 1991; CRUZ MUNDET, 2012). Entretanto, até o momento, não foi identificado nenhum estudo que tenha se detido a uma análise mais aprofundada sobre seu surgimento enquanto modelo gerencial e referencial teórico de muitas práticas arquivísticas, ao redor do mundo.

Como parte de uma pesquisa doutoral, busca-se aqui, trazer um recorte que buscou identificar as diferentes abordagens sobre a teoria das três idades na literatura arquivística, que utiliza aqui o recorte de duas das fontes verificadas no universo de análise na busca pela compreensão do fenômeno: 1º os estudos *Records and Archives Management Programme* – RAMP, pela natureza de sua proposta e diversidade de autores e 2º léxicos arquivísticos internacionais (citados e referenciados na literatura e em sítios eletrônicos de instituições arquivísticas).

2 PERCEPÇÕES SOBRE AS TRÊS IDADES DOS ARQUIVOS

Nomear os diversos elementos no universo arquivístico tem o objetivo de padronizar, ampliar e facilitar a comunicação entre os atores e agências, seja no âmbito da atuação profissional, seja no âmbito acadêmico. Segundo a norma *International Organization for Standardization* (ISO), a menor unidade da terminologia é o termo (ISO-704, 2009) e este serve para representar um conceito. Aganette e Almeida explicam que definições são criadas a partir de conceitos, pois “uma definição é um enunciado que descreve um conceito permitindo diferenciá-lo de outros conceitos” (AGANETTE; ALMEIDA, 2014, p. 399).

Entretanto, os autores afirmam, ainda, que “uma definição não é exclusiva e pode variar conforme a fonte. Criar uma definição equivale a limitar o termo segundo algum critério, de forma a fixar os limites de um conceito ou ideia”. Assim, compreender uma prática e identificá-la através de termos, definições e conceitos desenvolvidos e aplicados em diferentes contextos, exige entender também as diferenças desses contextos.

Os dados expostos evidenciam que a multiplicidade de definições para termos comuns em uma área do conhecimento tende a dificultar a troca de informação. O primeiro ponto, que se pode apontar, sobre esta questão, no campo dos arquivos, é que tem evidente desdobramento em todos os demais termos e definições está nas diferentes compreensões para o termo arquivo.

Couture e Ducharme (2005), ao analisarem o status da pesquisa na Arquivística, discutem sobre seu objeto e seu objetivo e apontam que a própria compreensão desses elementos tem variações, resultantes da própria definição de documentos e arquivos em diferentes realidades arquivísticas. Doze estudos desenvolvidos no âmbito do projeto *Records and Archives Management Programme*, no período de 1981 a 1991, abordaram a divisão dos arquivos em fases (corrente, intermediária e permanente) ou explicaram o que os autores compreendiam por ciclo de vida dos documentos, comumente percebido, ao que se pode verificar, como sinônimo de teoria das três idades.

- The Use of sampling techniques in the retention of records: a RAMP study with guidelines. Hull, Felix (1981);
- The Applicability of UNISIST guidelines and ISO international standards to archives administration and records management: a RAMP study. Rhoads, James. (1982);
- A Guide for surveying archival and records management systems and services: a RAMP study. Evans, Frank Bernard. Ketelaar, Eric. (1983)
- The Role of archives and records management in national information systems: a RAMP study. Rhoads, James. (1983);

- Development of records management and archives services within United Nations Agencies: a RAMP study with guidelines. Stark, Marie Charlotte (1983)
- Scientific and technological information in transactional files in government records and archives: a RAMP study. Wimalaratne, K.D.G.(1984)
- Records surveys and schedules: a RAMP study with guidelines. Charman, Derek. (1984)
- Archival and records management legislation and regulations: a RAMP study with guidelines. Ketelaar, Eric. (1985);
- Archival appraisal of records of international organizations: a RAMP study with guidelines. Guptil, Marilla B.(1985);
- Archives and records management for decision makers: a RAMP study. Mazikana, Peter C. (1990);
- The Preparation of records management handbooks for government agencies: a RAMP study. Doyle, Muriele. Frenière, André. (1991).

Todos os estudos verificados evidenciam a prática de dividir os arquivos em estágios de guarda, de acordo com a frequência de uso e que tal prática constitui elemento central no conjunto dos procedimentos aplicados aos documentos. Considerando que os estudos desenvolvidos no âmbito do RAMP tinham o objetivo de estimular o desenvolvimento dos arquivos e embasar a melhoria das práticas arquivísticas nos diferentes países, principalmente os países em desenvolvimento, entende-se que a definição e explicação frequentes, pelos diversos autores de estudos sobre a divisão dos documentos em correntes, semi-correntes, não-correntes, intermediários e definitivos, caracterizam um estímulo à utilização dessa divisão.

Entretanto, observou-se que, desses estudos, os que foram desenvolvidos pelos autores Marie Charlotte Stark (1983), Wimalaratne, K.D.G. (1984), Derek Charman (1984) e Peter Mazikana (1990) explicam o ciclo de vida como as fases pelas quais passam os documentos, entre correntes, semi-correntes, não-correntes e inativos.

Tais questão refletem-se também em diversas outras fontes, porém, restringimo-nos aqui, para contribuir com a verificação dos estudos RAMP, aos léxicos internacionais.

A forma como o uso das “três idades” ou da “teoria das três idades” se materializa nos léxicos de diferentes autores e instituições, em diversos países, pode indicar, de forma bastante objetiva, como esse termo foi inserido conceitualmente no âmbito teórico do campo arquivístico.

Isso não significa que se possa ter unanimidade ou homogeneidade no termo e no conceito, mas alguns pontos comuns precisam ser identificados e analisados, sob pena de ampliar uma lacuna na construção e compreensão da análise em curso.

O primeiro ponto que precisa ser observado é que há uma variação na aceção do termo arquivo. Nos países de língua inglesa, há uma percepção de arquivo que varia para os países de tradição europeia. Por esta razão, é preciso compreender quais são essas divergências e quais as implicações na construção teórica e prática da divisão dos arquivos em idades por seus distintos estágios de guarda.

Os léxicos utilizados aqui para referência foram selecionados a partir de uma análise prévia nos sítios eletrônicos de instituições arquivísticas, na busca por identificar as publicações que eram utilizadas como referencial teórico para as práticas arquivísticas. Da coleta, foram selecionadas as seguintes publicações:

- A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals) (Bellardo & Bellardo, 1992);
- Glossary of Archival and Records Terminology Society of American Archivists por Richard Pearce-Morse (Pearce-Moses, 2005);
- Encyclopedia Of Archival Science (Duranti & Franks, 2015);
- Glossaire de l'Association des archivistes du Québec (s/d)
- Dictionnaire de terminologie archivistique (Direcion des Archives de France, 2002);
- Glossario da Direzione Generale per gli Archivi (Direzione Generale per gli Archivi, [s.d.]);
- Lenguaje y vocabulário archivísticos (Heredia Herrera, 2011);
- Dicionario de Archivística (Cruz Mundet, 2011);
- Glossario do Archivo General de la Nación Colombia. Acuerdo n. 27 de 2006
- Norma Portuguesa 4041/2005 (Instituto Português de Qualidade, 2005);
- Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005);
- Dicionário de Terminologia Arquivística (2010).

Das publicações verificadas, conforme foi possível constatar, os países de língua inglesa utilizam o termo arquivo circunscrito ao conjunto de documentos de guarda permanente. Com exceção da enciclopédia publicada em 2015 por Duranti e Franks, cujas definições não estão relacionadas somente aos documentos selecionados para guarda definitiva.

Ao confrontar os termos e definições presentes nos léxicos, percebe-se que as diferenças não são questões meramente terminológicas, mas também conceituais e começa pelo termo mais básico da área: arquivo. Enquanto léxicos de língua inglesa e francesa compreendem como arquivo somente os documentos que, após o processo de avaliação foram identificados como de guarda definitiva, léxicos nos idiomas italiano, espanhol e português entendem por arquivo o conjunto de documentos desde o momento de sua produção, independentemente da fase em que se encontram. [OBJ]

Isso talvez não fosse um problema se os países, ao adotar modelos e práticas arquivísticas de outros países, o fizessem contextualizando termos e definições. A compreensão sobre a divisão dos arquivos em estágios de guarda corrente, intermediária e permanente atravessa essa percepção de forma central, conforme pode ser constatado pelo uso dos termos *current records*, **document actif**, arquivos correntes, *archivo administrativo* ou *corriente*, *archivo de gestión*, *archivo corriente* e, ainda, *archives courantes*.

Apesar de a divisão dos arquivos também fazer parte das práticas arquivísticas norte-americanas, conforme identificado na literatura, a única referência, em língua inglesa, encontrada no âmbito deste estudo, para o termo teoria das três idades ou três idades dos arquivos, está presente apenas na enciclopédia editada por Luciana Duranti e Patricia Franks, em 2015, sob a designação *record's three age*.

Nos léxicos franceses, foi possível perceber a abordagem relativas às idades com os termos arquivos correntes e intermediários, entretanto chama a atenção a utilização do termo *préarchivage* como sinônimo de arquivo intermediário. O termo pré-arquivo, conforme o próprio termo indica, é o que vem antes de ser arquivo.

A partir destes elementos, pode-se entender que os países que percebem o arquivo desde o momento da produção (sem distinção entre *records* e *archives*), ao adotar o termo pré-arquivo, assim como consta da literatura ter sido adotado no Brasil, entre meados de 1970 e fins de 1980, com a criação de uma unidade administrativa no Arquivo Nacional do Brasil denominada Divisão de Pré-Arquivo, incidem em uma inconsistência terminológica que tende a reproduzir equívocos entre pesquisadores e profissionais do campo dos arquivos, principalmente.

No idioma francês, o termo *préarchivage* consta do *Dictionnaire de terminologie archivistique*, da *Direction des Archives de France* (2002). O verbete, entretanto, explica tratar-se de um termo obsoleto, utilizado para designar a gestão dos arquivos intermediários. O uso do termo *préarchivage*, ou pré-arquivo, entretanto, somente faz sentido, quando o arquivo é considerado

apenas como o conjunto de documentos de guarda permanente, fato que é possível perceber na literatura verificada no âmbito desta pesquisa, nos países de língua inglesa.

Na terminologia arquivística, no idioma francês, do *Multilingual Archival Terminology*, por outro lado, não consta que *préarchivage* seja um termo obsoleto. Na base de terminologia do ICA, o termo refere-se a um serviço arquivístico responsável pela conservação dos arquivos intermediários.

A percepção dos termos diferentes para designar o estágio de guarda corrente dos documentos contribui para a percepção sobre a distinção entre *records* e *archives*, mas uma questão ainda mais problemática ocorre com a definição de ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades.

Enquanto alguns léxicos definem o ciclo de vida dos documentos como as diferentes fases pelas quais passam os documentos arquivísticos, desde sua produção até sua destinação final, outros definem como ciclo de vida, as três fases pelas quais passam os arquivos (corrente, intermediária e permanente), tratando ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades como sinônimos.

Quadro 1 - Termos e percepções para teoria das três idades e ciclo de vida dos documentos nos léxicos

Termos e percepções			
	Ciclo de vida dos documentos (Criação, utilização e destinação)	Três idades dos documentos (fases corrente, intermediária e permanente)	Ciclo de vida dos documentos = fases corrente, intermediária e permanente
Léxicos	- Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals) (EUA, 1992).	- Encyclopedia Of Archival Science (Canadá, 2015).	- Dictionnaire de terminologie archivistique (França, 2002).
	- Glossary of Archival and Records Terminology (EUA, 2005).	- Dictionnaire de terminologie archivistique (França, 2002).	- Lenguaje y vocabulário archivisticos (Espanha, 2011).
	- Encyclopedia Of Archival Science	- Dicionario de Archivística (Espanha, 2011).	- Dicionario de Archivística (Espanha, 2011).
		- Dicionário Brasileiro de Terminologia (Brasil, 2005).	- Norma Portuguesa n. 4041 (Portugal, 2005).

	(Canadá, 2015). - Glossaire de l'Association des archivistes du Québec (Canadá, s/d).		- Dicionário de Terminologia Arquivística (Brasil, 2010).
--	---	--	--

Fonte: elaboração própria.

A verificação dos termos e definições, assim como os tipos de abordagens, permitiram compreender que, além das variações terminológicas, há conflitos conceituais para a teoria das três idades e que esses conflitos permeiam também a compreensão do ciclo vital dos documentos.

O fato, verificado pela análise da literatura arquivística, foi confirmado pelos estudos RAMP, assim como na análise dos léxicos, pois, nestas variações, a teoria das três idades e o ciclo de vida dos documentos são tratados como sinônimos, ou seja, como práticas iguais com nomenclaturas diferentes, conforme é apontado na publicação “Fundamentos da disciplina Arquivística” de Rousseau e Couture (1998).

Tornou-se possível inferir que o modelo de ciclo de vida dos documentos que efetivamente utiliza como referência a vida de um organismo biológico, conforme proposta de Brooks (1940), na qual os documentos nascem (produção), vivem (tramitação e utilização) e morrem (destinação para eliminação ou guarda definitiva) foi apropriado, definido, detalhado e disseminado a partir do estudo desenvolvido por James Rhoads (1983), no âmbito dos estudos *Records and Archives Management Programme*, no qual detalha quais são as fases e elementos do ciclo de vida dos documentos, seguido por Charles Dollar em outro estudo RAMP, de 1986.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura permite perceber uma confusão terminológica, assumida na difusão dos conceitos de ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades, tais conflitos terminológicos e conceituais foram identificados com maior frequência nos léxicos de idiomas francês e espanhol, bem como os trabalhos traduzidos para o português. Nos trabalhos em inglês e italiano não há qualquer conflito, apenas reconhecem, como no *Dictionary of Archives Terminology*, da *Society of American Archivists*, ou na *Encyclopedia of Archival Science*, de Duranti e Franks, que existem outras compreensões para o conceito de ciclo de vida.

Este estudo deixou evidente, ainda, que a designação terminológica em teoria das três idades, está longe de caracterizar um consenso, ainda que esteja fortemente presente na literatura internacional. Por outro lado, constatou-se o que Fonseca e Marques destacaram, em 2005 e 2011, respectivamente, a teoria arquivística é fortemente marcada por reflexões originárias nas práticas de manutenção e tratamento dos arquivos nas organizações e isto reflete realidades distintas, pois, independente da designação, a divisão dos arquivos em estágios de guarda está fortemente presente nas fontes analisadas.

A adoção teórica, inclusive como representação da prática, relativa à divisão dos arquivos, para os países que compreendem como tais os arquivos desde o momento da produção dos documentos arquivísticos – entre correntes, intermediários e permanentes ficou evidente em toda a literatura verificada, nos documentos institucionais, léxicos, assim como na produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

- AGANETTE, E. C., & ALMEIDA, M. B. Teoria da terminologia e teoria da ontologia: Um comparativo baseado na criação de definições para termos. [Anais de Congresso]. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, Belo Horizonte. 2014
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, 18(37), 61–82. 2013
- Arquivo Nacional (BRASIL). (2005). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Arquivo Nacional.
- BELLARDO, L. J., & BELLARDO, L. L. (1992). **A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals)**. Society of American Archivists.
- CAYA, Marcel. **La théorie des trois âges en archivistique. En avons-nous toujours besoin ? L'archivistique est-elle une science?** 2004. Disponível em: <http://elec.enc.sorbonne.fr/conferences/caya>
- CHARMAN, Derek. **Records surveys and schedules: A RAMP study with guidelines**. UNESCO. 1984.
- COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel. Research in Archival Science: A Status Report. **Archivaria**, 59, 41–67. 2005.
- CRUZ MUNDET, Jamón R.. **Diccionario de Archivística (con equivalencias en inglés, francés, alemán, portugués, catalán, euskera y gallego)**. Alianza Editorial. 2011.
- DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **Dictionnaire de terminologie archivistique**. Direction des Archives de France, 2002.

Direzione Generale per gli Archivi. ([s.d.]). *Glossario da Direzione Generale per gli Archivi*. Direzione Generale per gli Archivi. <http://www.archivi.beniculturali.it/index.php/abc-degli-archivi/glossario>

DOLLAR, Charles. **Electronic records management and archives in international organizations: a RAMP study and guidelines**. UNESCO. 1986.

DOYLLE, M.; FRENIERE, André. (1991). **The Preparation of records management handbooks for government agencies: A RAMP study**. UNESCO. 1991.

DURANTI, Luciana; FRANKS, Patrícia C. **Encyclopedia of Archival Science**. Rowman & Littlefield. 2015.

EVANS, Frank B.; KETELAAR, Eric. **A Guide for surveying archival and records management systems and services: A RAMP study**. UNESCO. 1983.

HEREDIA HERRERA, Antônia. **Archivística General: Teoría y práctica** (5ª). Diputacion Provincial de Sevilla. 1991.

HEREDIA HERRERA, Antônia. **Lenguaje y Vocabulario Archivístico— Algo más que un diccionario**. Junta de Andalucía. 2011.

HULL, Felix. **The Use of sampling techniques in the retention of records: A RAMP study with guidelines**. Unesco. 1981.

Instituto Português de Qualidade. **Norma Portuguesa 4041**. 2005.

KETELAAR, Eric. **Archival and records management legislation and regulations: A RAMP study with guidelines**. UNESCO. 1985.

MAZIKANA, Peter C. **Archives and Records Management for decision makers: A RAMP study**. UNESCO. 1990.

RHOADS, James B. **The Applicability of UNISIST Guidelines and ISO International Standards to Archives Administration and Records Management: A RAMP Study**. Unesco. 1982.

RHOADS, James B. **The Role of archives and records management in national information systems: A R A M P study**. Unesco. 1983.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística** (1ª). Lisboa: Dom Quixote. 1998.

SANTOS, Vanderlei B. **A teoria arquivística a partir de 1898: Em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fudnamentos** [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília. 2011.

SOUSA, Renato T. B. de Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. *In: Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. (p. 240–269). Thesaurus. 2003.

STARK, Marie Charlotte. **Development of records management and archives services within United Nations Agencies: A RAMP study with guidelines.** UNESCO. 1984.

TOGNOLI, Natália B., GUIMARÃES, J. A. C. A organização do conhecimento arquivístico: Perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em ciência da informação**, 16(1), 21–44.

WIMALARATNE, K. D. G. **Scientific and technological information in transactional files in government records and archives: A RAMP study.** UNESCO. 1984.